



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Campus Canoas
Conselho de Campus

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA Nº 02/2025

1 No dia quatorze do mês de outubro de dois mil e vinte e cinco, às dez horas e três
2 minutos, realizou-se a segunda Reunião Extraordinária, do ano de 2025, do Conselho
3 de Campus (Concamp) do Campus Canoas do Instituto Federal de Educação Ciência e
4 Tecnologia do Rio do Sul (IFRS), via webconferência. A sessão foi convocada e presidida
5 pela presidente do Conselho, professora Patrícia Nogueira Hübler, e secretariada pela
6 servidora Nara Milbrath de Oliveira. Além da presidente, estiveram presentes os
7 conselheiros representantes docentes Edison Silva Lima (suplente) e Leila de Almeida
8 Castillo (titular); os representantes técnicos administrativos Vítor Alexandre Silva
9 Xavier (titular) e Angélica Rodrigues Machado Costa (suplente), o representante
10 discente titular dos cursos técnicos, Arthur Freiburger de Assis, o representante
11 discente titular dos cursos superiores e de pós-graduação, Marcelo Medeiros Leivas, os
12 representantes titulares da comunidade externa Eloir Antonio Vial e Cleberli Fabiano
13 Costa de Arruda e a suplente Bárbara de Abreu Borba. A presidente do Conselho
14 iniciou a reunião, agradecendo a presença de todos os conselheiros e as conselheiras
15 na segunda reunião extraordinária do ano e esclareceu aos conselheiros as
16 características dessa modalidade de reunião. Disse que uma reunião extraordinária
17 pode ser convocada até 48 horas antes da data da efetiva reunião; que possui pautas
18 bem específicas, com necessidade de encaminhamento, geralmente, por prazos
19 institucionais ou prazos legais; que não possui momento de expediente em que os
20 conselheiros e as conselheiras podem se inscrever para trazer outros assuntos ou
21 assuntos gerais no final da reunião. Logo em seguida, lembrou as regras de
22 participação na reunião através de webconferência. Na sequência, apresentou a pauta
23 da reunião: **1 - Apreciação e deliberação das alterações pontuais no PPC do curso**
24 **Técnico em Administração; 2 - Apreciação e deliberação das alterações pontuais no**
25 **PPC do curso Técnico em Eletrônica; 3 - Apreciação e deliberação do Plano de Ação**
26 **2026.** O conselheiro Marcelo solicitou o voto nominal na sessão e a presidente disse
27 que antes da votação do primeiro assunto será encaminhada a votação pelo voto
28 nominal. Na ordem do dia, foi apresentado o primeiro assunto **1 - Apreciação e**
29 **deliberação das alterações pontuais no PPC do curso Técnico em Administração.** A

30 presidente informou que as duas primeiras pautas são assuntos similares, por esse
31 motivo fará o preâmbulo das em conjunto, mas as deliberações e resoluções serão
32 feitas em separado. Os dois Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs), foram
33 encaminhados e aprovados no ano de 2023, para início de vigência no ano de 2024. No
34 momento de cadastrar a Matriz Curricular no Sistema Acadêmico do Campus, foi
35 identificado um erro de digitação nas cargas horárias do componente curricular
36 matemática em dois anos do curso, as quais estavam trocadas. Em um ano a carga
37 horária da disciplina era 100 horas, no outro ano 66 horas, mas esses números foram
38 invertidos no quadro da matriz curricular. As informações corretas estavam na
39 descrição individual dos componentes curriculares, no PPC. Foi um erro de digitação
40 no preenchimento da tabela da Matriz Curricular. Nesse caso de correção pontual é
41 encaminhado um ofício para a pró-reitoria de ensino informando e se constatarem que
42 é um erro pontual, a orientação é fazer uma nova aprovação no Conselho de Campus,
43 sem necessidade de todo o trâmite de revisão pelo Colegiado do Curso e de nova
44 aprovação do PPC. É essa a proposta da pauta, pois o PPC não está passando por
45 alterações no seu conteúdo, não há alteração na carga horária total da área de
46 matemática, nem na carga horária do curso. Professor Alexandre, convidado pela
47 presidente, reforçou que o erro de digitação na matriz estava impactando no cadastro
48 no setor de Registros Escolares, sendo o ajuste necessário para a emissão correta de
49 históricos escolares, diplomas e para o sistema do campus. Em regime de discussão, a
50 professora Leila afirmou que a questão era "tão simples" que não gerou reunião de
51 colegiado, pois se tratava de um erro de digitação na tabela da Matriz Curricular. Após
52 explicar que, quando aprovado o voto nominal na sessão, na ata aparecem os nomes
53 dos conselheiros e das conselheiras votantes em cada item da pauta, caso contrário
54 aparecem apenas as quantidades de votos, a presidente colocou a reunião em regime
55 de votação, pela utilização da votação nominal nessa sessão. Foi aprovado por
56 unanimidade o voto nominal nesta sessão. Em regime de votação, foram aprovadas
57 por unanimidade as alterações pontuais no PPC do curso Técnico em Administração.
58 Votaram a favor os seguintes conselheiros: Patrícia Nogueira Hübler, Edison Silva Lima,
59 Leila de Almeida Castillo, Vítor Alexandre Silva Xavier, Angélica Rodrigues Machado
60 Costa, Arthur Freiburger de Assis, Marcelo Medeiros Leivas, Eloir Antonio Vial e
61 Cleberli Fabiano Costa de Arruda. **2 - Apreciação e deliberação das alterações**
62 **pontuais no PPC do curso Técnico em Eletrônica.** Como os detalhamentos desta pauta
63 são os mesmos da pauta de número 1, a presidente imediatamente abriu espaço para
64 discussão e questionamentos. O conselheiro Marcelo questionou se a motivação era a
65 mesma, correção do erro de digitação no quadro resumo da matriz curricular do curso
66 e também os mesmos componentes curriculares da área de matemática, sendo
67 respondido que sim. Não tendo mais considerações dos conselheiros e das
68 conselheiras, a presidente orientou o regime de votação, no qual foram aprovadas as
69 alterações pontuais no PPC do curso Técnico em Eletrônica. Votaram a favor os
70 seguintes conselheiros: Patrícia Nogueira Hübler, Edison Silva Lima, Leila de Almeida
71 Castillo, Vítor Alexandre Silva Xavier, Angélica Rodrigues Machado Costa, Arthur

Freiberger de Assis, Marcelo Medeiros Leivas, Eloir Antonio Vial e Cleberli Fabiano Costa de Arruda. **3 - Apreciação e deliberação do Plano de Ação 2026.** Para detalhar este item de pauta, foi convidado o Coordenador de Desenvolvimento Institucional (CDI), o servidor Bruno Machado. O servidor Bruno faz um breve relato de como foi todo o processo de construção do Plano de Ação 2026, organizado pela comissão nomeada através da Portaria 109/2025 - GAB-CAN. Resumo do relato: o período para participação da comunidade na construção do Plano de Ação foi de 27 dias, de 10 de setembro a seis de outubro, através formulários encaminhados a estudantes e servidores e planilhas encaminhadas para as áreas ensino-pesquisa, extensão, direção, administração e coordenadores de curso para preenchimento; o valor orçamentário estimado para 2026 é de R\$ 2.640.891; o valor não representa um aumento real, havendo uma defasagem de cerca de R\$ 44.000 se aplicado o índice de inflação (IPCA) ao valor orçamentário de 2017; apesar do impacto positivo da duplicação dos cursos integrados no orçamento, o mesmo não é suficiente, não há margem para investimento, para fazer melhorias e comprar equipamentos para os cursos; quase 100% do orçamento é destinado a custeio e atendimento de resoluções do CONSUP. Explicou que o Plano de Ação é composto pela Programação Orçamentária e pelo Plano Estratégico. Na Programação Orçamentária, que é uma das peças do plano de ação, 85% do orçamento foi dedicado para custeio de manutenção de contratos, manutenção predial, pagamento de água, luz e merenda, totalizando praticamente R\$2.250.000. Do total do orçamento, 7,5% são para atendimento das resoluções do Conselho Superior (CONSUP), são resoluções que obrigatoriamente o campus necessita cumprir, que são auxílios a pesquisadores, bolsas de ensino, de pesquisa e de extensão para estudantes que participam de projetos e valores para a capacitação dos servidores. E mais 7,5% em demais ações de funcionamento, totalizando o nosso valor de R\$2.640.000. As demais ações na programação, são extraorçamentária, ou seja, ações que são fundamentais para o funcionamento do campus, porém não há orçamento para cumprir. Uma delas é o Atendimento Educacional Especializado (AEE), cujo valor hoje é de R\$200.000. A presidente do CONCAMP fez um adendo à fala do CDI e disse que o número de profissionais de AEE tem aumentado, pois tem crescido muito a necessidade de atendimento educacional especializado, por vários fatores. Um deles é que os *campi* estão se tornando mais inclusivos, que é o objetivo, é o princípio do IFRS e para tanto o programa de cotas do Processo Seletivo têm dado maior abertura e facilitado o ingresso de pessoas com necessidades específicas. Mas essa ação tem implicação orçamentária, que é a contratação de profissionais capacitados que consigam atender a esses estudantes. Em 2022 para 2023, foi o primeiro ano que o Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS) recebeu o recurso específico, na forma de TED do Ministério da Educação, para fazer o pagamento desses profissionais especializados. No ano de 2024, esse valor foi reduzido em relação ao ano de 2023. E para o ano de 2025, veio o mesmo valor de 2024, porém a necessidade se ampliou. Dessa forma, foi necessário que os *campi* tirassem do seu orçamento o custeio desses profissionais. No Campus Canoas, isso foi possível no ano de 2024, já em 2025 está

passando por sérias necessidades para conseguir cumprir os contratos até o final do ano. Sendo assim, muito provavelmente, para 2026, será preciso esperar a informação de qual será o valor que o MEC descentralizará, para, somente aí, firmar os contratos para o atendimento educacional especializado. Destacou que o valor do orçamento para 2026, R\$2,6 milhões, é uma promessa, pois está no Projeto de Lei Orçamentária Anual, que ainda não foi votado e pode ter alterações e reduções. O Plano de Ação é um projeto que pode ser alterado. O conselheiro Arthur mencionou que tem um colega de aula que precisa do acompanhamento de uma pessoa, por ter Síndrome de Down, e destacou a importância desse profissional para o bom andamento das aulas. E questionou se o pagamento para o atendimento educacional especializado refere-se a essa pessoa. A presidente respondeu que sim, mas também para os demais cuidadores, os intérpretes de Libras e as psicopedagogas. O CDI retornou sua fala e explicou a segunda parte do Plano de Ação, o Plano Estratégico, que são as ações com foco no atingimento dos objetivos e metas que constam no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), e tem como base de medição 23 indicadores de desempenho. Então, são ações que vão ajudar a instituição a atingir os objetivos planejados. Através da participação e sugestões da comunidade do Campus, foram colocadas no Plano de Ação 148 ações estratégicas, que vão ajudar a instituição a atingir os indicadores e, consequentemente, atingir os objetivos e metas do PDI. As ações extraorçamentárias estão divididas em quatro dimensões, que constam na ferramenta utilizada para o planejamento, BSC (Balance Scorecard). Para 2026 foram sugeridas 15 ações da dimensão resultados institucionais, 7 ações da dimensão de processos, 20 ações da dimensão de pessoas e conhecimentos e 26 ações da dimensão de orçamento, o que resultou no total de R\$ 2.977.900, que serão implementadas caso surjam recursos de TED (Transferência de Recursos Educacionais) pelo Ministério da Educação (MEC). Em relação às sugestões de ações que não envolvam recursos orçamentários, foi o total de 106 ações, divididas nas mesmas dimensões do BSC. O conselheiro Eloir parabenizou o detalhamento e questionou o alto percentual (62%) em custeio, em apenas dois itens, segurança e limpeza. O Coordenador e a Diretora explicaram que os contratos são licitatórios, baseados em regras que compreendem, para o número de postos do serviço de limpeza a metragem da área construída, para o serviço de vigilância, é vigilância armada 24 horas por dia, 7 dias na semana, o que demanda o maior gasto. Na vigilância, foi feita a reorganização e a diminuição de postos, para tentar diminuir a velocidade de aumento dos contratos, com melhoria de tecnologia, as catracas e o acompanhamento remoto por parte da empresa. Também, perguntou o que acontece se não houver recursos para as ações extraorçamentárias. A presidente disse que o total do valor das ações extraorçamentárias ultrapassa R\$2.840.000. É importante que as ações apareçam no Plano de Ação, mesmo que no momento não tenha orçamento, para que, caso o Campus receba orçamento de outras fontes, como, por exemplo, uma emenda parlamentar ou um TED, as mesmas estejam planejadas e sejam destinadas para a utilização desse recurso. O conselheiro Marcelo considerou 18 dias pouco para a participação da comunidade, mas a diretora justificou o curto prazo para

participação pelo atraso do envio da projeção orçamentária de 2026 para o campus pela PROAD e PRODI, pois o processo só inicia a partir da destinação dos valores. O conselheiro também questionou a diferença entre ter o AEE (custeio) e R\$400.000 para equipamentos (investimento) como extraorçamentário. A Diretora Patrícia explicou que são rubricas diferentes e que o dinheiro (emendas, TED) vem carimbado com finalidade específica (custeio ou investimento), não podendo ser transferido. O conselheiro Cleberli questionou sobre o número de postos de vigilância e a existência de projetos de energia solar para redução dos custos com energia. Bruno confirmou que há uma ação prevista para aumentar a capacidade de produção de energia solar, para diminuir o alto custo, e que já foram instalados e estão em funcionamento painéis de energia solar nos prédios D, E F. Em relação aos postos de vigilância, foi respondido que com as catracas, com a vigilância por câmeras e com os alarmes, foi reduzido de oito para seis postos orgânicos, com atendimento 24 horas por dia, com dois postos durante o dia e um à noite e um durante o final de semana. A conselheira Leila complementou a discussão dizendo que já tivemos redução em postos como copeira, limpeza e segurança. Que não existe concurso para esses cargos, o que não deixa outra alternativa senão a terceirização, e ressaltou a precarização da educação pública e a luta contra a escassez de recursos. O conselheiro Marcelo perguntou quanto o Campus recebeu em emendas parlamentares e se pode haver a readequação de rubrica orçamentária. A Diretora confirmou que há janelas anuais para solicitar alteração de rubrica orçamentária dentro do orçamento discricionário, mas não para emendas parlamentares. As emendas parlamentares destinadas pelos deputados ou senadores vêm com a aplicação discriminada. Disse que a primeira emenda parlamentar que o Campus recebeu foi em 2023, da deputada federal Fernanda Melchiona, no valor de R\$250 mil (R\$220 mil para a obra e R\$30 mil para custeio) para o fechamento da quadra. Este ano foi destinada mais uma emenda no valor de R\$600 mil para a reforma do Auditório 1 (R\$300 mil para a reforma, para a obra, e R\$300 mil para a compra de mobiliário), também da deputada Melchiona. Além dessa, foi destinado o valor de R\$300 mil, pelo deputado federal Bom Gás, para execução de projetos na área de meio ambiente, nos municípios de Canoas e Cachoeirinha. Não havendo mais questionamentos a presidente colocou a reunião em regime de votação e foi aprovado por unanimidade o Plano de Ação 2026. Votaram a favor os seguintes conselheiros: Patrícia Nogueira Hübler, Edison Silva Lima, Leila de Almeida Castillo, Vítor Alexandre Silva Xavier, Angélica Rodrigues Machado Costa, Arthur Freiburger de Assis, Marcelo Medeiros Leivas, Eloir Antonio Vial e Cleberli Fabiano Costa de Arruda. Antes de encerrar a reunião, a presidente Patrícia quebrou o protocolo para socializar a informação de que o Campus Canoas bateu todos os recordes de inscrição para o Processo Seletivo 2026-2, com o total de 1.994 inscrições, 1.408 inscrições pagas e 1.704 candidatos homologados. O Campus Canoas é o campus do IFRS com maior quantidade de homologações para o processo seletivo 2026-2. A presidente agradeceu a todos e a todas e encerrou a segunda reunião extraordinária de dois mil e vinte cinco, às onze horas e quinze minutos. E, para constar, eu, Nara Milbrath de Oliveira,

198 secretária do Conselho de Campus, lavrei a presente ata que, após lida e aprovada,
199 será assinada por mim e pelos presentes. Canoas, quatorze de outubro de dois mil e
200 vinte e cinco.

Nara Milbrath de Oliveira _____

Patrícia Nogueira Hübler _____

Edison Silva Lima _____

Leila de Almeida Castillo _____

Vítor Alexandre Silva Xavier _____

Angélica Rodrigues Machado Costa _____

Arthur Freiburger de Assis _____

Marcelo Medeiros Leivas _____

Eloir Antonio Vial _____

Cleberli Fabiano Costa de Arruda _____

Bárbara de Abreu Borba _____